

	<p align="center"><b>PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO</b>  <b>SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO (SGADM)</b>  DEPARTAMENTO DE APOIO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS ADMINISTRATIVOS <b>(DEACO)</b>  DIVISÃO DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO <b>(DICOL)</b>  SERVIÇO DE APOIO TÉCNICO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS COM ATRIBUIÇÃO AFETA À PROMOÇÃO DE GÊNERO, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER <b>(SEGEM)</b></p>		
<b>Data: 27.02.2024</b>	<b>Horário: 11:00h</b>	<b>Local: Aplicativo Teams</b>	
<b>PAUTA: GRUPO DE TRABALHO PARA DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES E POLÍTICAS VOLTADAS PARA MULHERES NEGRAS</b>			<b>ATA DE REUNIÃO Nº 01/2024</b>

Estiveram presentes na reunião, por meio virtual:

1. Juíza Leidejane Chieza Gomes da Silva (**Presidente GT Mulheres Negras**);
2. Juíza Camila Rocha Guerin (**Membra GT Mulheres Negras**);
3. Juiz Vitor Porto dos Santos (**Membro GT Mulheres Negras**);
4. Senhora Soyanni Silva Alves (**Membra GT Mulheres Negras**);
5. Senhora Roberta Cristina Bastos Barreto (**Membra GT Mulheres Negras**);
6. Senhora Tatiana Oliveira Moreira (**Membra GT Mulheres Negras**);
7. Senhora Michelle Villaca Lino (**Membra GT Mulheres Negras**);
8. Senhora Isabel Barras Viegas (**SEESP - TJRJ**);
9. Senhora Lívia M. L. Paiva (**Convidada - Pesquisadora do NUPEGRE**).

A **Exma. Juíza Dra. Leidejane Gomes**, Presidenta do GT, abre os trabalhos às 11h17 e agradece a participação de todos na presente reunião, cujo objetivo é tratar da continuidade da pesquisa, iniciada em 2023, a respeito do mapeamento (quantitativo e qualitativo) da identificação étnico-racial, com o propósito de desenvolver ações direcionadas aos magistrados, aos servidores e aos terceirizados que compõem o grupo de pessoas pretas e pardas do TJRJ.

Inicialmente, a **Dra. Leidejane Gomes** indaga sobre as pendências relacionadas ao questionário de identificação étnico-racial. Destaca a importância dessa pesquisa para identificar os magistrados, os servidores e os terceirizados do Tribunal que são negros e pardos. Relata a necessidade de saber quem são essas pessoas, o quantitativo, quais funções exercem e em quais ambientes do Tribunal elas trabalham. Segundo a Magistrada, o objetivo é utilizar os dados apurados nessa pesquisa para traçar novas políticas de desenvolvimento dentro do PJERJ.

A **Dra. Camila Guerin** informa que fez o convite à **Sra. Lívia Paiva** para participar da presente reunião, pois compõe o Núcleo de Pesquisa em Gênero, Raça e Etnia (NUPEGRE) da EMERJ, e pode auxiliar no processo de pesquisa.

A **Sra. Lívia Paiva** agradece o convite, esclarece que é pesquisadora do NUPEGRE, e que está à disposição para auxiliar na pesquisa almejada.

A **Dra. Leidejane Gomes** esclarece que o questionário já está pronto e passou por revisão. Explica que o projeto está paralisado devido a alguns entraves de cunho burocrático e passa a palavra para as integrantes do GT contextualizarem.

Em continuidade, a **Sra. Soyanni Alves** reforça a importância de a pesquisa não ser somente um mero levantamento de dados, permitindo estabelecer estratégias para que os dados coletados sejam efetivamente utilizados em ações futuras.

A **Dra. Leidejane Gomes** enfatiza que não basta apenas o GT envolver-se em datas comemorativas ao longo do ano. Registra que os eventos são importantes, todavia é preciso que o GT desenvolva ações para o público-alvo (pessoas pretas e pardas) que possam ajudar no seu ambiente de trabalho, inclusive com a criação de um canal de comunicação onde se possa relatar problemas ou dar sugestões. Narra que ainda há muitos problemas relacionados à questão racial, muitas vezes não relatados, pois as pessoas não se sentem à vontade para tratar do assunto, e não existe no Tribunal canal adequado para tanto.

A **Sra. Lívia Paiva**, após ouvir os relatos da Presidente do GT, diz que compreende as demandas apresentadas pelas integrantes e que o questionário da pesquisa realizada é da espécie *Survey*.<sup>1</sup> Além disso, a pesquisadora fala da metodologia da pesquisa. Na ocasião, explica que essa metodologia é própria para diagnosticar uma realidade, permitindo intervenção nessa realidade - com escopo de promover mudanças práticas.

Em seguida, sinaliza algumas dúvidas nos seguintes pontos: (1) questiona quais foram os entraves burocráticos dentro do Tribunal; (2) como foi realizada a coleta de dados (via *Google Forms*?) e (3) se existe alguma base de dados dentro do Tribunal de Justiça para que possa ser realizada a extração de dados.

A **Sra. Soyanni Alves** explica que as pendências estão interligadas às diversas atribuições desenvolvidas por todas as Membras que compõem o GT e não possuem dedicação exclusiva às atividades do colegiado, vez que suas atividades requerem um tempo de pesquisa, de elaboração e de reflexão. Nesse sentido, reforça que os(as) integrantes do GT desenvolvem suas ações concomitantemente com outras atividades, dentro das suas serventias e/ou gabinetes no Tribunal, e que existe uma dificuldade de conciliar todas as demandas.

Sobre o questionamento da base de dados – a **Sra. Soyanni Alves** responde que o GT não teve acesso a nenhuma base de dados do TJRJ.

A **Sra. Lívia Paiva** sugere que seja realizada reunião com a participação da Desa. Adriana Mello para debater essa temática. Além disso, cita o nome da pesquisadora Isadora, como sugestão para colaborar com a pesquisa *Survey* voltada para temáticas raciais.

Em seguida, a **Dra. Leidejane Gomes** reforça sobre a questão envolvendo o volume de trabalho o qual todos os Membros são submetidos. Salaria a importância de identificar as necessidades e ter uma equipe de profissionais que possam executar as ações estratégicas aqui defendidas.

A **Dra. Camila Guerin** concorda com os apontamentos levantados pela Presidente do GT e reflete que a parceria com o NUPEGRE será muito importante para dar visibilidade a essas questões.

---

<sup>1</sup> trata-se de uma ferramenta utilizada para coletar informações ou opiniões de um grupo específico de pessoas, por meio de um instrumento de pesquisa, normalmente um questionário.

O **Juiz Vitor Porto dos Santos** frisa que, nas primeiras reuniões do GT, um dos problemas levantados foi justamente a respeito da coleta de dados, sua metodologia e os instrumentos utilizados durante a pesquisa. Segundo o Magistrado, a ausência desses dados impacta no desenvolvimento dos trabalhos a serem implementados pelo GT.

A **Sra. Soyanni Alves** aponta que houve dificuldades no preenchimento do formulário solicitado pela área que atua com pesquisa no TJRJ (SGGIC), uma vez que havia muitos dados e informações técnicas a serem preenchidas e que, naquele momento, era necessário solicitar apoio à Sra. Angélica (SGGIC). Na ocasião, relembra que durante uma das reuniões do GT, a Sra. Angélica relatara as dificuldades da implementação de pesquisa dentro do Tribunal e da falta de adesão dos servidores. Durante essa reunião, sugeriu a realização de campanha de conscientização, para maior participação de magistrados, servidores e terceirizados.

Após, a Chefe de Serviço do SEGEM, Sra. Ionara Carvalho, sugere convidar para a próxima reunião do GT uma representante da área de Governança do Tribunal, que auxilie no processo de implementação da pesquisa, buscando avaliar a situação e alinhar as estratégias mais eficientes na implementação. Todos os Membros concordaram com a sugestão. Nesse sentido, cumpre à Equipe SEGEM enviar o convite para representante do Setor de Governança para a próxima reunião do GT Mulheres Negras (Deliberação 01).

A **Sra. Tatiana Oliveira** relembra ação ocorrida em 2023 em que o CNJ solicitou a todos os Tribunais que realizassem levantamento étnico-racial. Explica que a pesquisa foi realizada dentro do Portal de Magistrados e Servidores, e a pessoa preenchia campo a respeito de como se identifica (raça/cor). Relata, ainda, que em uma página dos serventuários de Justiça do TJRJ (dentro do *facebook*) houve postagem criticando a realização da pesquisa étnico-racial dentro do Portal de Servidores, o que denota certa resistência da temática entre os servidores.

A **Sra. Roberta Bastos** questiona se foi realizado ou não o levantamento de dados das pessoas que responderam à pesquisa. Além disso, traz à baila situações que contemplam o universo das mulheres servidoras negras que compõem o Tribunal de Justiça do RJ relacionadas à questionamentos de competência da profissional. Realça, também, a resistência apresentada quando do levantamento das temáticas raciais. Além de levantar essas questões, assinala que integra a comissão de heteroidentificação do TJRJ, assim como a **Sra. Soyanni Alves** e **Sra. Michelle Villaca Lino**. Na ocasião, manifesta falta da participação da **Sra. Tatiana Oliveira** na comissão, pois possui vasta experiência, além de representar a mulher negra com albinismo.

Em seguida, a **Sra. Lívia Paiva** salienta que, ao longo da explanação da **Sra. Roberta Bastos**, estava compilando alguns dados da pesquisa feita pelo CNJ no TJRJ e os apresenta. Aponta que o TJRJ é composto por 13.748 magistrados e servidores. Todavia, apenas 1.796 servidores e 177 magistrados responderam à pesquisa, o que corresponde o total de 14% de servidores e 19,49% de magistrados.

O **Juiz Vitor Porto dos Santos** opina que os percentuais acima expostos são muito baixos e destaca a importância de se realizar uma nova divulgação da pesquisa, através do Portal de Magistrados e Servidores do TJRJ. Para retomar essa ação, o **Dr. Vitor Porto dos Santos** sinaliza

que fará contato com os profissionais envolvidos nessa pesquisa (CNJ) para verificar se foi finalizada ou se ainda continua em andamento a coleta de dados no sistema a respeito da pesquisa de identificação étnico-racial (Deliberação 02).

A **Sra. Lívia Paiva** concorda com Magistrado e sugere que a pesquisa seja vinculada ao cumprimento de alguma meta do Tribunal, para maior adesão do público. A **Sra. Roberta Bastos** sugere divulgação no site do TJRJ, utilizando-se recursos visuais para que as pessoas possam se identificar e responder o questionário.

A **Sra. Michelle Villaca Lino** destaca que a retomada do questionário pode esvaziar a pesquisa, vez que se pode questionar o fato de já terem respondido em um momento anterior. Explica que o questionário elaborado pelo GT foi baseado em dados quantitativos e qualitativos, e que seria interessante a pesquisadora do NUPEGRE ter acesso aos dados coletados.

Em seguida, a **Sra. Lívia Paiva** afirma que entende a preocupação da **Sra. Michelle Villaca Lino**, mas explica que o questionário do CNJ só pode ser respondido uma única vez, por CPF. A ideia da divulgação seria alertar as pessoas que ainda não a responderam dentro do Portal de Magistrados e Servidores. Dessa forma, não incorreria em duplicidade de respostas.

A **Juíza Camila Guerin** expõe que é importante realizar trabalho de sensibilização para responder os dois questionários (CNJ e TJRJ). Realça que a pesquisa do CNJ é de cunho quantitativo e a pesquisa do Tribunal de cunho qualitativo e que ambas podem ser usadas para traçar novos projetos e estratégias.

No que tange à indicação da **Sra. Tatiana Oliveira**, na comissão de Heteroidentificação, o Juiz **Vitor Porto dos Santos** explica que a composição dessa comissão foi determinada pela Administração Superior. Todavia, compromete-se a verificar a possibilidade de adição de novos membros.

Por fim, em apertada síntese das ações propostas durante essa reunião, tem-se as seguintes necessidades / sugestões do Colegiado para os próximos passos:

- (1) Possibilidade de realizar nova publicação no site do TJRJ, conscientizando as pessoas da importância de responderem a pesquisa do CNJ;
- (2) Aguardar a reunião entre a **Sra. Lívia Paiva** e **Desa. Adriana Mello** para tratar dos aspectos relacionados à pesquisa étnico-racial;
- (3) Desta forma, o agendamento da próxima reunião do GT Mulheres Negras será definido após a realização da reunião acima apontada.

Por fim, a **Sra. Soyanni Alves** compromete-se a enviar o formulário de pesquisa de identificação étnico-racial para a **Sra. Lívia Paiva** (Deliberação 03).

A reunião foi finalizada, às 12h51, pelo **Dr. Vitor Porto dos Santos**, uma vez que a Presidente do GT necessitou ausentar-se antes do término, em virtude de audiências que estavam previstas para o início da tarde.

**JUIZA LEIDEJANE CHIEZA GOMES DA SILVA**  
**Presidente do Grupo de Trabalho**

Deliberações		Responsável	Prazo
01	Incluir no convite da próxima reunião do GT, uma representante do Setor de Governança do Tribunal.	Equipe SEGEM	Imediato, após definição da data.
02	Realizar contato com os profissionais envolvidos na pesquisa étnico-racial, realizada pelo CNJ, dentro do Portal de Magistrados e Servidores para verificar se finalizou ou se ainda continua em andamento a coleta de dados no sistema.	Juiz Vitor Porto dos Santos (membro do GT)	Imediato
03	Encaminhar o formulário de pesquisa de identificação étnico-racial para Sra. Lívia Paiva (NUPEGRE).	Sra. Soyanni Alves (membra do GT)	Imediato